

Redes: novo paradigma

Maria Cristina de Lourdes Guarnieri*

Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se construindo na experiência das várias decisões que vão sendo tomadas

– Paulo Freire

Pode-se definir rede de vários modos. Mas mais importante que definir é entendê-la como uma proposta democrática de realização do trabalho coletivo e de circulação do fluxo de informações, elementos essenciais para o processo cotidiano de transformação social.

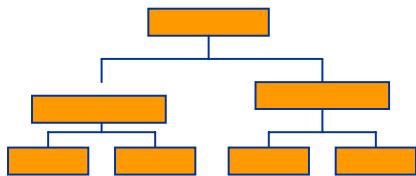
Falar de rede não é falar de instituições, mas de um novo jeito de se organizar, atuar, formar parcerias e alianças. Não é estanque: é um movimento, uma outra maneira de responder às necessidades de transformação da vida. É uma forma de se organizar sem hierarquia – horizontal, autônoma, conectada, participativa, colaborativa, cooperativa e democrática. Não se delega representação e não há quem fale por ela individualmente. É uma estratégia para mudar modelos mentais, pois são espaços para experimentação e aprendizagem¹.

Quem decide numa rede? Nessa configuração, o centro do poder está em toda parte, diferentemente da cultura em que vivemos: paternalista, hierarquizada, onde não se compartilha o poder de decisão. Numa rede, seus membros participam de um coletivo, tomam decisão, atuam sem diferentes instâncias de poder, mas com papéis e atribuições que se diferenciam conforme as estratégias para o fazer.

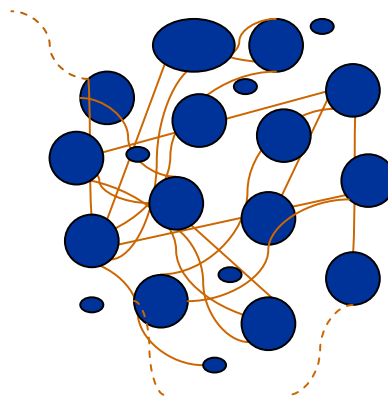
As ilustrações abaixo nos ajudam a visualizar a diferença entre o modelo hierarquizado e a organização horizontal, natural e orgânica de uma rede.

¹ Ver artigo, da mesma autora, *Governança de (em) Redes Sociais – uma contradição?*, publicado no *site* da Rits – Rede de Informações para o Terceiro Setor (www.rits.org.br), em agosto de 2004.

Pirâmide



Rede



Fonte: Cássio Martinho²

Autonomia, diversidade, isonomia, insubordinação, desconcentração de poder e multiliderança são as principais características de uma rede. Como ressalta Martinho, elas nos ajudam a entender que as conexões não são lineares e nem previsíveis. Dependem da vontade, do interesse ou da decisão de cada um (membro, nó, elo...). Todos devem receber o mesmo tratamento e compartilhar os mesmos direitos e deveres, uma vez que o poder está diluído, é de todos. Numa rede, muitos (e não todos) participam, empreendem, colaboram. Ações de cooperação, co-produção de ordem, co-trabalho, de decisão compartilhada, aliadas ao entendimento de que rede deve ser vivenciada como uma *comunidade de propósito*, em que os objetivos são comuns e a adesão é voluntária, são elementos fundamentais que garantem o estabelecimento de laços.

Mapear competências e afinidades; propiciar animação/reedição das ações; dividir tarefas, evitando sobrecarga e personalização; registrar regularmente as ações realizadas; criar grupos de trabalho (virtuais ou não); publicar boletins periódicos, criando um ambiente amigável para circulação e compartilhamento da informação são alguns exemplos de ações que favorecem o trabalho em rede. Contudo trabalhar em rede não é seguir regras ou copiar modelos. Mas criar, de forma coletiva e democrática, pactos que façam sentido e que possam orquestrar uma *coordenação das autonomias*.³

* **Maria Cristina de Lourdes Guarnieri** é socióloga formada pela USP, com especialização em Gestão e Empreendedorismo Social pela FIA/Ceats-FEA/USP. Atualmente exerce a função de diretora de Cooperação Universitária na Ceca/USP - Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais da Universidade de São Paulo (www.cecae.usp.br)

² Cássio Martinho – “Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização”, WWF, 2003.

³ Martinho, op.cit.